

TODOS A BRASÍLIA DIA 24 DE ABRIL

EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES!

CONTRA A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO FEDERAL!

As contradições e a desigualdade se agravam em nosso país a cada dia que passa. As autoridades governamentais alardeiam os resultados de sua política econômica, que teria permitido ao Brasil uma localização diferente e melhor no âmbito da crise econômica enfrentada pelo capitalismo em todo o mundo. Entretanto, a vida do povo trabalhador passa por privações e mazelas cada vez maiores.

A continuidade e o agravamento da crise em todo o mundo tende a aprofundar ainda mais esta situação. Se antes, o governo brasileiro já usava a desculpa da “crise lá fora” para atacar os direitos dos trabalhadores, agora isso ganha mais peso. A própria economia brasileira começa a dar sinais de que se aproxima cada vez mais da situação internacional – o PIB de 2012 ficou na casa de 1%. E aqui no Brasil, como na Europa, todas as medidas adotadas pelo governo vão no sentido de ajudar o capital financeiro e grandes grupos econômicos, essencialmente com dinheiro público. Não faltam recursos e apoio às fábricas de automóveis, aos bancos, ao agronegócio, às empreiteiras da construção civil, às grandes redes de comércio etc.

Assiste-se ainda à ausência de qualquer medida governamental dirigida a proteger o emprego dos trabalhadores para assegurar condições

dignas de trabalho. Faltam recursos para investir na saúde, na previdência social, na educação, na reforma agrária e apoio aos trabalhadores do campo de forma geral, na moradia, no saneamento, nos serviços públicos, enfim, em políticas que gerem melhoria nas condições de vida do povo pobre. O resultado disso é a precarização cada vez maior do trabalho, baixos salários, sucateamento dos serviços públicos, privatizações de hospitais, de aeroportos, estradas, a continuidade da entrega do nosso petróleo para multinacionais e a adoção de medidas que transformam a educação pública em mercadoria, retirando-a da esfera do direito do povo e dever do Estado.

Os trabalhadores no setor privado, além dos baixos salários, ficam sujeitos a condições indignas de trabalho ou à ameaça de demissão. Querem precarizar ainda mais as condições de trabalho, buscando diminuir e eliminar direitos trabalhistas com o chamado ACE – Acordo Coletivo Especial. O mesmo governo que reduz a contribuição das empresas para a previdência social alega que não tem recursos para acabar com o famigerado Fator Previdenciário, que diminui o valor do benefício pago aos aposentados. Os trabalhadores do serviço público são submetidos a um arrocho salarial sem precedentes e ainda têm negado o seu direito à

negociação e contratação coletiva. Não satisfeito com esta situação, o governo promove uma ofensiva para retirar – na prática – o direito de greve dos servidores.

Não bastasse a falta de investimentos para a construção de moradias populares, soma-se agora mais ameaças de despejos devido à Copa e à Olimpíada. Além disso, uma onda de violência assola a vida do povo pobre das grandes cidades, num verdadeiro genocídio da juventude negra e pobre das periferias. Os povos indígenas e quilombolas são desrespeitados, agredidos e tem suas lideranças assassinadas pelo latifúndio e o agronegócio, sob o silêncio e a inação cúmplices das autoridades.

Contra isso e outras tantas políticas nefastas que prejudicam o povo é que dizemos basta! Em todo o mundo os trabalhadores estão unidos na luta em defesa dos seus direitos. No Brasil, não pode ser diferente. Por esta razão, as organizações que assinam este manifesto se uniram para levar adiante esse processo de mobilização em defesa dos direitos dos trabalhadores e contra esta política econômica que o governo federal aplica em nosso país. O que nos move em nossa luta está expresso no conjunto de bandeiras que compõem nossa plataforma construída consensualmente entre todas as entidades e movimentos que convocaram esta jornada.

**Juntos, e na luta, somos mais fortes e podemos
fazer ouvir a nossa voz e valer nossos direitos!**

As nossas bandeiras de luta

- CONTRA O ACE (ACORDO COLETIVO ESPECIAL) E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

(Contra a precarização do trabalho e a flexibilização da CLT / Contra a terceirização / Combate aos acidentes e ambientes insalubres no trabalho / Combate a todas as formas de trabalho escravo e em condições análogas à escravidão / Combate a todas as formas de assédio moral e sexual);

- FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO / ANULAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE 2003 / DEFESA DA APOSENTADORIA E DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA

(Contra a adoção de idade mínima e o fator 85-95 / Recomposição do valor das aposentadorias ao patamar de quando foram concedidas / Contra a redução da contribuição patronal para o financiamento da previdência social / Contra os fundos de aposentadoria complementar e a privatização da previdência);

- REFORMA AGRÁRIA JÁ / RESPEITO AOS DIREITOS DOS ASSALARIADOS RURAIS / APOIO À LUTA DOS TRABALHADORES DO CAMPO CONTRA O LATIFÚNDIO E O AGRONEGÓCIO

(Em defesa da reforma agrária e de uma política agrária e agrícola de apoio ao trabalhador do campo e voltada para a produção de alimentos para o povo brasileiro / Respeito aos direitos dos trabalhadores do campo / Condições dignas de trabalho para todos);

- EM DEFESA DO DIREITO À MORADIA DIGNA / CHEGA DE VIOLÊNCIA CONTRA POBRES E NEGROS

(Contra as remoções e os despejos, agravados com os mega eventos – Copa do Mundo e Olimpíada / Moradia Digna para todos / Fim à violência contra a pobreza e ao verdadeiro genocídio da juventude negra e pobre da periferia dos grandes centros urbanos);

- EM DEFESA DOS (AS) SERVIDORES (AS) PÚBLICOS (AS)

(Apoio às reivindicações dos (as) servidores (as) públicos (as) / Defesa do direito de negociação e contratação coletiva / Contra as restrições ao direito de greve, seja dos (as) trabalhadores (as) do serviço público, seja da iniciativa privada);

- AUMENTO GERAL DOS SALÁRIOS

(Reposição da perda inflacionária e aumento real dos salários / Congelamento dos preços dos alimentos e tarifas públicas);

- ADOÇÃO IMEDIATA DA CONVENÇÃO 158 DA OIT / EM DEFESA DO EMPREGO / REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO SALARIAL

- EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA

(Aplicação imediata de 10% do PIB na educação pública / Implementação imediata do piso nacional dos professores, com 1/3 da jornada em atividade extraclasse / Contra a mercantilização do ensino, defesa da educação pública laica, democrática e de qualidade / Aplicação imediata de 6% do PIB na saúde pública / Revogação da lei que criou a EBSERH, que privatiza os hospitais universitários e o SUS);

- RESPEITO AOS POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

(Respeito aos povos indígenas / Em defesa das reivindicações das comunidades quilombolas / Imediata demarcação das terras indígenas e quilombolas / Respeito à sua cultura / Apoio do Estado para assegurar direitos básicos a todos);

- CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES – DEFESA DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS NATURAIS DO BRASIL

(Contra os leilões das reservas de petróleo / Petrobrás 100% estatal / Contra a privatização dos aeroportos e das estradas do país);

- SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA E INTERNA AOS GRANDES ESPECULADORES

(Auditoria da dívida externa e interna / Fim do superávit primário);

- CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DAS LUTAS E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

(Lutar é um direito, não é crime / Defesa do pleno direito de greve / Basta de assassinatos no campo – prisão de assassinos e mandantes / Fim às perseguições aos lutadores sociais / Fim aos processos contra os operários da construção civil de Jirau, Belo Monte e outros);

- CONTRA O NOVO CÓDIGO FLORESTAL / EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE

- CONTRA TODA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO E OPRESSÃO

(Combate a toda forma de discriminação, seja homofóbica, sexista, racial, ou das pessoas com necessidades especiais).

